

Justiça Sob a Ótica da Maçonaria

Universu Terrarum Orbis Architectonis Ad Glorian Ingentis Ordo Ab Chão

CONSIST. DE PPRIC. REAL SEGREDO “DR MOREIRA SAMPAIO II”

Corpo Subordinado ao Sup. Cons. Do Gr. 33 do R. E. A. A. da Maçonaria para a República Federativa do Brasil

1a. INSPETORIA LITÚRGICA DO PARANÁ

JUSTIÇA SOB A ÓTICA DA MAÇONARIA

Os estudos maçônicos, a partir dos Graus Simbólicos, dedicam especial atenção ao tema: “JUSTIÇA” .

Nas mais diversas abordagens, sempre que ritualística ou doutrinariamente se refere a “Justiça”, tem sentido de julgamento, de avaliação de conduta e de tomada de decisão por parte do Maçom.

Ao ingressar na Ordem, durante a Cerimônia de Iniciação, o neófito já assume o compromisso, através de juramento, de defender e proteger seus irmãos esparsos pelo mundo, em tudo que puder e for necessário e justo. Neste juramento já esta assumindo o compromisso de julgar e fazer justiça.

Sobre a forma de fazer justiça, maravilhosos ensinamentos são ministrados em nossos rituais, como o constante da 2a. Instrução do Grau de Mestre que estabelece

“verbis”: “A sabedoria não esta em castigar os erros, mas em procurar as causas e afasta-las”. Tal ensinamento deixa bem claro que mais importante que a repressão é a prevenção.

Se avançarmos nos Graus Filosóficos, com fulcro na lenda da construção do Templo de Salomão, o Grau 7 – PREBOSTE OU JUIZ, dedica especial atenção ao tema: DIREITO E JUSTIÇA. Dentre tantos ensinamentos infere-se que as leis e regulamentos devem estar alicerçados em valores éticos e morais; Que em todo julgamento deve ser assegurada a ampla defesa; Que devem ser apreciados direitos e deveres; Que as decisões devem ser imparciais, sem serem tendenciosas, seja por amizade, seja por temor, seja por recompensa; Que a justiça deve ser igual para todos, e o que é mais importante, que a justiça maçônica atende também ao apelo, a consideração e ao perdão.

Quando se trata de julgar um irmão em face de um ilícito maçônico, sem repercussão na justiça profana, os critérios devem ser diferentes, sem considerar a máxima do Direito: “DURA LEX, SEDE LEX” , ou seja “ A LEI É DURA, MAS É LEI”, pois se houver arrependimento e o firme propósito de corrigir sua conduta, o irmão deve ser auxiliado e não considerado um ser irrecuperável, que não merece outra oportunidade. O julgamento maçônico, diferentemente do que via de regra acontece na justiça profana, é feito entre irmãos, entre pessoas que tem o compromisso de auxílio mútuo.

Na Maçonaria o exercício do poder de julgar e de aplicar penalidades, deve ser exercido com muita serenidade, ponderação, equilíbrio, bom senso, tolerância e exacerbada responsabilidade, para não transformar a oportunidade de recuperar um homem, num instrumento de revolta e desencanto com a Ordem. Todos temos o compromisso assumido ao entrarmos para a Maçonaria, de socorrer os irmãos em suas aflições e necessidades, encaminha-los na senda das virtudes, desvia-los da prática do mal e estimula-los a fazerem o bem, dando exemplo de tolerância, de justiça e de respeito a liberdade de cada um.

O julgador para praticar a justiça, deve além de apreciar as provas cabais e irrefutáveis da autoria do ilícito ou da infração, saber analisar as circunstâncias em que o ato infracional aconteceu, se não há nenhuma excludente de ilicitude, se o fato aconteceu por negligência, imprudência ou desconhecimento, e ainda que fique

bem caracterizada a autoria e o dolo, saber avaliar o estado psicológico e emocional de autor, sua vida pregressa e seu histórico na vida maçônica.

Para finalizar minhas breves considerações sobre a Justiça Maçônica, quero me reportar ao que reiteradas vezes temos ouvido e concordamos: “O verdadeiro maçom não se conhece pelos sinais, toques e palavras, mas pela sua conduta, pela sua reputação dentro e fora da Maçonaria”. Não basta sermos bons maçons dentro de nossas lojas ou no exercício dos compromissos maçônicos, é fundamental levarmos esses ensinamentos para as nossas atividades profanas. O nosso compromisso maior é tornar feliz a humanidade, com demonstrações de amor, sem ser omisso; de tolerância, sem ser conivente; de respeito ao livre arbítrio de cada um, dentro dos limites impostos pelos direitos e deveres constantes das regras de convivência social.

Julgar e fazer justiça no mundo profano não é responsabilidade exclusiva de juizes, promotores, advogados, militares e policiais, é uma tarefa que exercitamos com frequência, seja como pais de família, seja como chefes, diretores, empresários, etc.

Nesse sentido todos devemos internalizar e assimilar os ensinamentos maçônicos, bem como coloca-los em prática em nossas vidas, pois só assim estaremos sendo verdadeiramente maçons.

Curitiba, Março de 2007-02-26

VALDEMAR KRETSCHMER